

Diplomacia segue posição emergente e universalista

A independência da política externa brasileira foi conseguida principalmente por uma visão interna dos problemas do Brasil — que obrigou a diplomacia a tornar emergente e universalista uma nova posição, que se propõe a ser a mais correta possível da realidade sobre a qual o mundo opera. O condutor da política externa do governo Figueiredo sempre tem dito que se sente à vontade com seus interlocutores, porque está cuidando dos interesses nacionais. Saraiva Guerreiro tem advertido seus ouvintes de que não pretende conduzir ninguém a equívocos e, por isso, as decisões do Brasil na área internacional costumam ser as mais realistas, capazes de levar ao objetivo almejado. Um exemplo disso, é a proposta brasileira que o chanceler Guerreiro apresentou sexta-feira última na Escola Superior de Guerra, para solucionar situações de crise. Ele defendeu a negociação como única forma possível de alcançar o equilíbrio entre o interesse nacional e a composição de interesses

do sistema internacional. Isso se aplica, segundo Guerreiro, para controvérsias específicas entre os países, — como o conflito das Malvinas — e para situações de desequilíbrio, como a existente entre os países em desenvolvimento e os ricos.

Não é possível definir tecnologicamente quando o Brasil assumiu nova posição, que lhe deu exata medida de sua grandeza no cenário internacional, mas podem-se alinhar alguns marcos, como o reconhecimento da independência de Angola, em 1975. O Brasil foi o primeiro país a apoiar a opção angolana de um regime socialista que no princípio causava desconfiança ao mundo ocidental. Outro exemplo foi o rompimento do acordo militar com os Estados Unidos em 1977, durante o regime Carter, por não aceitar ingerências norte-americanas em assuntos internos, como direitos humanos.

Há alguns anos atrás, o Brasil

era visto com um certo temor e distanciamento pelos países latino-americanos que entendiam manter estas relações privilegiadas com os Estados Unidos. Além disso, a herança portuguesa diferente da origem de todos os países de fala espanhola e o tamanho do Brasil em comparação ao fracionamento da América Latina, levava-a a desconfiar de pretensões hegemônicas. A célebre frase de Nixon, pronunciada em 1971, quando afirmou que para onde vai o Brasil irá toda a América Latina contribuiu para adensar o clima de desconfiança. Um exemplo disso eram as relações áperas com a Argentina, que só se tornaram corretas depois de um longo período de conversas e negociações culminadas com o acordo tripartite sobre o aproveitamento do rio Paraná, incluindo também o Paraguai.

Sobre essas diferenças que existiram em tempo recente, o Itamarati costuma dizer que o que mudou foi a percepção dos Estados

Unidos e da América Latina aos quais o Brasil teve oportunidades de demonstrar seu engajamento com as grandes causas do terceiro mundo sem renunciar à posição ocidentalista.

A abertura política brasileira que estava em embrião no governo Geisel também ajudou a projetar o país no cenário internacional levando o Brasil a confins tão distantes quanto diferentes politicamente como foi o estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China, onde já estiveram vários ministros de Estado e o presidente Figueiredo revelou que era de seu interesse algum dia poder visitá-la.

O que o chanceler Saraiva Guerreiro levou à Escola Superior de Guerra, numa ampla análise da conjuntura internacional, foi a constatação de que o Brasil pode adotar linhas de procedimento em seu próprio benefício e, ao mesmo tempo, harmonizá-las com os limites da independência dos demais países. (L.S.)